

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	<p>A economia numa perspectiva interdisciplinar 3 [recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-105-3 DOI 10.22533/at.ed.053201506</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia – Pesquisa – Brasil. I. Senhoras, Elói Martins.</p> <p style="text-align: right;">CDD 330</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo científico da Economia surge como um dos grandes expoentes da emergência do movimento Iluminista no século XVIII e desde então tem passado por diferentes revoluções e movimentos epistêmicos que procuraram, tanto, fomentar uma construção científica autônoma, quanto, engendrar interações com outros campos do pensamento humano.

Tomando como referência uma abordagem absorvente e relacional, o presente livro, “A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 3”, vem corroborar com o campo epistemológico de Economia no Brasil e em Portugal a partir de uma agenda de estudos que se fundamenta na pluralidade de vozes e discursos.

Resultado de trabalho coletivo de diferentes pesquisadoras e pesquisadores portugueses e brasileiros, oriundos das macrorregiões Sul, Sudeste e Norte, este livro traz uma rica pluralidade de debates e análises que fortalecem a compreensão interdisciplinar existente no campo epistemológico da Economia.

Organizado em treze capítulos, as pesquisas presentes nesta obra foram estruturadas com base em um convergente método dedutivo, no qual partiu-se de marcos de abstração de modelos, teorias e análises históricas até se chegar à análise empírica específica da realidade concreta e dos respectivos objetos de estudo.

A natureza exploratória, descritiva e explicativas dos capítulos caracterizou-se por uma abordagem quali-quantitativa que partiu dos procedimentos de revisão bibliográfica e documental no levantamento de dados, combinada ao uso de técnicas de hermenêutica e modelagem econômica, bem como análise gráfica e geoespacial na interpretação dos dados.

Na construção interdisciplinar do conhecimento, comandada pelo olhar econômico, cinco eixos temáticos se destacaram, permitindo aglutinar as análises e discussões dos treze capítulos, por meio de recortes teóricos relacionados aos ramos da Economia Solidária, Economia do Trabalho, Economia Urbana e Industrial, Economia Organizacional e Economia Monetária e Financeira.

Com base nas análises e discussões apresentadas nesta presente obra, composta por treze capítulos e cinco ramos teóricos, subsídios são apresentados para uma apreensão interdisciplinar do campo científico de Economia findando explorar à luz de um olhar descritivo e prescritivo a complexa realidade em suas interações no dinâmico tripé Homem-Mercado-Estado.

Em nome do grupo diversificado de profissionais envolvidos neste livro e comprometidos com o avanço do campo científico de Economia, convidamos você leitor(a) a desbravar tradicionais e novas reflexões à luz de uma abordagem interdisciplinar que valoriza o diálogo e a pluralidade na abordagem de nossa complexa realidade empírica, rica de desafios para o pensamento e a reflexão.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O PAPEL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	
Reinaldo Eduardo da Silva Sales Mayara Mendes Leal	
DOI 10.22533/at.ed.0532015061	
CAPÍTULO 2	17
EMPREENHIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: SATISFAÇÃO DOS ASSOCIADOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO PRODUTOR RURAL	
Madson Igor Pereira Portal Lailson da Silva Freitas Marta Laura Noronha da Silva Gonçalves Janusa Mérlem dos Santos Lopes Gabriel Lélis Pereira da Silva Marzane Pinto de Souza Mario Miguel Amin Garcia Hereros Félix Lélis da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0532015062	
CAPÍTULO 3	38
AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: OS PASSOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPESINA	
Ariane Domborovski Bruno Henrique Fugarra	
DOI 10.22533/at.ed.0532015063	
CAPÍTULO 4	49
OS DESAFIOS PARA AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA PRESPECTIVA FRETE À REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 4.0	
Samantha Silva da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.0532015064	
CAPÍTULO 5	62
ABERTURA ECONÔMICA E DISCRIMINAÇÃO SALARIAL POR SEXO E RAÇA: UM ESTUDO PARA A ECONOMIA PARANAENSE	
Júlio Vicente Cateia Paulo Ricardo Feistel	
DOI 10.22533/at.ed.0532015065	
CAPÍTULO 6	86
ANÁLISE DOS INDICADORES REGIONAIS DE LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO PARA A MICRORREGIÃO DE TOLEDO-PR	
Giovanna da Silva Cassanelli Lucir Reinaldo Alves Jandir Ferrera de Lima Moacir Piffer	
DOI 10.22533/at.ed.0532015066	

CAPÍTULO 7	107
ANÁLISE DE MERCADO DO SETOR INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR UTILIZANDO ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS	
Lucir Reinaldo Alves	
Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa	
Nuno Manuel Sessarego Marques da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0532015067	
CAPÍTULO 8	130
COMPARAÇÃO DAS MARGENS ECONÔMICAS ENTRE A PRODUÇÃO TOTAL DE LEITE ORGÂNICA E CONVENCIONAL USANDO BENCHMARKING	
Thérèsse Camille Nascimento Holmström	
Elisa Cristina Modesto	
DOI 10.22533/at.ed.0532015068	
CAPÍTULO 9	140
A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA MOTIVADORA PARA A MELHORIA DOS RESULTADOS ORGANIZACIONAIS	
Samantha Silva da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.0532015069	
CAPÍTULO 10	149
O CARÁTER ECONÔMICO DO CONHECIMENTO NA SOCIEDADE ATUAL	
Adelcio Machado dos Santos	
Alexandre Carvalho Acosta	
Liz Barbara Borghetti	
DOI 10.22533/at.ed.05320150610	
CAPÍTULO 11	162
HELICOPTER MONEY EM TEMPO DE COVID19: UMA PROPOSTA PARA A MUTUALIZAÇÃO DO ESFORÇO FINANCEIRO EM PORTUGAL	
Diamantino Ribeiro	
João Filipe Monteiro Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.05320150611	
CAPÍTULO 12	177
MOBILIZANDO O CONCEITO DE HEGEMONIA PARA O CONTEXTO FINANCEIRIZADO BRASILEIRO	
Rodolfo Palazzo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05320150612	
CAPÍTULO 13	191
THE ROLE OF SUGARCANE ETHANOL IN BRAZILIAN CO ₂ EMISSIONS	
Guilherme Barbosa Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.05320150613	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	203
ÍNDICE REMISSIVO	204

MOBILIZANDO O CONCEITO DE HEGEMONIA PARA O CONTEXTO FINANCEIRIZADO BRASILEIRO

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 07/04/2020

Rodolfo Palazzo Dias

Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação
em Sociologia e Antropologia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/8440436509309564>

RESUMO: O valor heurístico de um conceito pode ser verificado através da identificação de seu potencial analítico de determinada realidade. Esse é o propósito desse artigo; pretendemos identificar a capacidade do conceito de hegemonia em orientar uma análise da realidade econômica e política brasileira contemporânea. Trazendo alguns elementos presentes no debate conceitual de hegemonia em Antonio Gramsci e sua aplicação no sistema corporativo norte-americano, pretendemos apresentar uma definição útil para a análise do poder do sistema financeiro na realidade brasileira das últimas décadas. Afinal, podemos falar de uma hegemonia financeira no Brasil? Consideramos que, na década de 1990, na implementação do neoliberalismo e na fase de

concentração do sistema financeiro, seria mais adequado o termo “dominância financeira”; a partir da década de 2000 seria possível pensar em uma hegemonia propriamente dita, problematizando o exercício do poder financeiro enquanto “consenso forçado”.

PALAVRAS-CHAVE: hegemonia; sistema financeiro brasileiro; neoliberalismo.

BRINGING THE HEGEMONY CONCEPT TO BRAZILIAN FINANTIALIZED CONTEXT

ABSTRACT: The heuristic value of a concept can be verified by identifying its analytical potential of a certain reality. This is the purpose of this article; we intend to identify the capacity of concept of hegemony to guide an analysis of economical and political reality of Brazil. Bringing some elements present in the conceptual debate of hegemony in Antonio Gramsci and its application in the American corporate system, we intend to present a useful definition for the analysis of the financial system power in the Brazilian reality in last decades. After all, we can speak of a financial hegemony in Brazil? We believe that in the 1990s, in the implementation of neoliberalism and the financial system concentration stage, would be more appropriate the term “financial dominance”; from the 2000s

it would be possible to think of a proper hegemony, questioning the exercise of financial power as “forced consensus”.

KEYWORDS: hegemony; brazilian financial system; neoliberalism.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é realizar um debate sobre a utilização do conceito de hegemonia para o estudo do exercício de poder do capital financeiro no Brasil contemporâneo. O primeiro problema colocado a tal proposta é sobre sua plausibilidade. Afinal, é possível aplicar tal conceito, formulado para compreender o começo do século XX europeu, para um contexto de capitalismo dependente do início do século XXI?

Colocando o problema acima em termos gramscianos, seria possível uma “tradução” do conceito de hegemonia para o contexto brasileiro? Um uso que seja mais do que um “*esquematismo genérico*”, mas que seja uma “*tradução orgânica e profunda*” adequada à filosofia da práxis (GRAMSCI, 1999, p. 185).

Destacamos esse ponto logo no início do trabalho porque consideramos bastante frequente a caracterização do sistema financeiro atual como hegemônico, ora como sinônimo de dominante, ora sem um significado preciso.

Pretendemos desenvolver a aplicação do conceito de hegemonia para o sistema financeiro com um certo nível de precisão; o traduzindo não só para a realidade contemporânea (capitalismo financeirizado) como também para a realidade brasileira. Destacando que uma leitura atenta dos textos de Antonio Gramsci oferece potencialidades para o avanço da compreensão das relações de poder que desejamos estudar.

DOMINAÇÃO E HEGEMONIA

O conceito de hegemonia é frequentemente utilizado para estudar o poder financeiro no capitalismo contemporâneo, ora mais rigorosamente, ora menos. Um dos estudos que utilizou rigorosamente tal conceito é o de Mintz e Schwartz (1985), que fazem um estudo sobre o poder dos bancos e das corporações estadunidenses, mesmo com algumas limitações.

Segundo os autores, grande parte dos usos da noção gramsciana de hegemonia a tratava como um fenômeno ideológico (destacam Raymond Williams nesse comentário); e propõem como alternativa o uso da ideia de “hegemonia estrutural”. Segundo os autores:

Structural hegemony operates when the action of one social institution (or coordinated group of institutions) determine the viable options available to the institutions and individuals. If such constrains regularly occurs in a social system, the leadership of the dominant structure exercises a non interventionist leadership that allows for coordination of the various contained social formations without either coercion or systematic ideological manipulation. (MINTZ e SCHWARTZ, 1985, p. xii).

O objetivo dos autores é claro: desenvolver um conceito de hegemonia que seja útil na análise dos fluxos de capital e da estrutura corporativa estadunidense. E destacam um elemento fundamental desse fenômeno. O capital financeiro, para exercer poder, não precisa tomar nenhuma atitude prática (seja ameaça ou discordância pública). A vontade desses atores entra no cálculo dos demais atores sociais e, antes de precisarem apresentar desagrado, as decisões dos demais atores sociais já é tomada a seu favor. Existe um poder latente do capital financeiro que faz os outros agentes se comportarem da maneira esperada sem um exercício direto de coerção ou convencimento.

Consideramos que tal abordagem possui um problema conceitual: fragmentar o conceito de hegemonia. O conceito é fragmentado em hegemonia estrutural, de um lado, e hegemonia ideológica, de outro; o que, colocando em termos de conceito de poder, significa colocar poder prático (interventor), de um lado, e poder latente, de outro. Esse é um procedimento um tanto afastado da proposta analítica gramsciana. Como mostra a análise de Alvaro Bianchi (2007), o pensamento do marxista italiano unifica vários elementos separados na teoria social marxista, como: “a) *história, filosofia e política*; b) *estrutura e superestrutura*; c) *as dimensões nacional e internacional da política e da cultura*; e d) *Estado e sociedade civil*.”(BIANCHI, 2007, p. 9).

Essa busca por uma perspectiva unificada de hegemonia fica clara no parágrafo 14 do caderno 13 de Antonio Gramsci, que, por sua brevidade, será reproduzido integralmente:

§ 14. Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da «dupla perspectiva» na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da «Igreja» e do «Estado»), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. Alguns reduziram a teoria da «dupla perspectiva» a algo mesquinho e banal, ou seja, a nada mais do que duas formas de «imediatez» que se sucedem mecanicamente no tempo, com maior ou menor «proximidade». Ao contrário, pode ocorrer que, quanto mais a primeira «perspectiva» é «imediatíssima», elementaríssima, tanto mais a segunda deva ser «distante» (não no tempo, mas como relação dialética), complexa, elevada, isto é, pode ocorrer como na vida humana: quanto mais um indivíduo é obrigado a defender a própria existência física imediata, tanto mais afirma e se coloca do ponto de vista de todos os complexos e mais elevados valores da civilização e da humanidade.” (GRAMSCI, 2007, p. 33).

Nesse parágrafo, Gramsci mostra que os dois elementos da “dupla perspectiva” não devem ser encarados como dois opostos, dos quais a realidade se aproxima de um ou de outro. Sendo um dos elementos mais imediato, o outro também se apresenta. Mesmo que de forma diferenciada (elevada, complexificada, e nesse sentido distante), esse outro elemento é bastante relevante para o entendimento desta mesma realidade.

O exemplo final corrobora claramente com essa direção argumentativa. Mas queremos chamar a atenção para a retomada do centauro maquiavélico feita por Gramsci. Essa retomada de Maquiavel é importante pois, para este, a natureza animal e humana deveriam ser características presentes no príncipe. Mesmo que contraditórias,

o príncipe sábio seria aquele capaz de mobilizar uma ou outra natureza dependendo das circunstâncias. E o uso da figura mitológica do centauro é importante pois demonstra a impossibilidade de separação, demonstra a fusão orgânica desses elementos.

A apresentação do conceito de hegemonia como fusão de força e consenso se apresenta no seguinte trecho:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações - , os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2007, p. 95).

É possível observar essa tendência nos leitores contemporâneos de Antonio Gramsci, que enfatizam essa não separação dos elementos referentes ao exercício da hegemonia. A proposta de Raul Burgos (2012), de desenvolver uma teoria integral da hegemonia, se encaixa nesse propósito.

São vários os elementos que Burgos elenca para desenvolver essa teoria integral da hegemonia, mas como estamos dialogando com a utilização estadunidense do conceito (especificamente para entender o capital financeiro), vamos nos deter a um determinado aspecto do problema: o conceito de poder subjacente à hegemonia.

Hegemonia é um conceito que enfatiza a natureza relacional do poder; que destaca as dimensões coercitivas e consensuais dessa relação; e mesmo considerando a limitação da proposta de Mintz e Schwartz ao separar tais dimensões, os autores trazem uma contribuição muito significativa para a discussão. A questão do poder latente.

O trabalho de Steven Lukes (1980) mostra como o debate sobre o conceito de poder nos Estados Unidos se desenvolveu a partir de um ponto de vista comportamentalista, e ganhou contornos mais complexos ao incluir análises que buscam tematizar as não decisões e os interesses sociais. Esse desenvolvimento conceitual permitiu ampliar o foco de estudo para além das decisões verificáveis diretamente; o interesse dos atores e a formação da visão de mundo destes passaram a ser questões das pesquisas de poder.

Essa complexificação do debate, que gerou estudos empíricos muito interessantes nos Estados Unidos (Lukes destaca a obra de Matthew Crenson, “*The un-politics of air pollution*”), é um ponto importante para compreendermos a inovação proposta por Mintz e Schwartz.

Analisando as redes corporativas estadunidenses, os autores mostram um posicionamento privilegiado de determinadas instituições bancárias. Esta é uma indicação de que, mesmo sem exercer uma atividade coercitiva direta, seus interesses seriam levados em consideração pelos atores econômicos próximos.

Isso mostra a importância do poder latente dentro da realidade política, em geral, e para o entendimento do capital financeiro, em específico. Mas o conceito de hegemonia, ao absorver essa forma de exercício de poder, não deveria gerar um novo tipo de conceito,

separado dos demais. Não deveria gerar um conceito de hegemonia estrutural, separado de outra forma de hegemonia.

O perigo analítico dessa separação é, primeiro, considerar que atividades diretas realizadas pelo setor financeiro para exercer poder representaria um enfraquecimento da hegemonia (já que o poder latente supostamente não estaria sendo mais suficiente). E o segundo perigo é mais grave; supor uma hegemonia que não precisa ser exercida, que somente o papel social da classe é o suficiente para direcionar o comportamento dos outros agentes sociais a seu favor. Tal suposto lança o risco de interpretar essa hegemonia como ausência de contradições dentro da fração financeira. Se o interesse da fração está evidente não só para os próprios agentes financeiros, como também para os outros agentes econômicos, supomos um interesse com um nível de contradição muito baixo.

Como destaca David Harvey (2013, p. 411-412), a “mística” do poder monstruoso do sistema financeiro, terreno tão fértil para teorias da conspiração, deve ser desconstruída justamente pela atividade científica. As contradições: “centralização” e “descentralização” do capital; a luta entre os vários setores econômicos em que o capital está envolvido; a relação dos capitalistas privados com o Estado (HARVEY, 2013, p. 411-421); e, no caso do capitalismo subdesenvolvido brasileiro, as relações de dependência estabelecidas entre o capital nacional e o internacional; são todas contradições que devem ser levadas em consideração no momento da análise do poder da finança no capitalismo contemporâneo.

Hegemonia não pode ser entendida como superação de tais contradições. Harvey, criticando Rudolf Hilferding e seu conceito de capital financeiro, afirma que a fusão do capital bancário com o capital industrial não pode ser entendido como a superação de uma contradição, mas sim uma internalização das tensões e contradições da dinâmica capitalista (HARVEY, 2013, p. 415) dentro de uma organização.

O poder latente é importante para estudar o funcionamento do capital financeiro, e isso a obra de Mintz e Schwartz comprova. Mas devemos relacionar esse poder latente com o poder realmente exercido por esse capital financeiro, pois determinados tipos de comportamentos também são explicados por esse poder latente. É a interação entre esses elementos que traz a grande potencialidade analítica do conceito de hegemonia.

Mas uma preocupação desse tipo de teorização deve ser evitar a classificação de todo tipo de exercício de poder como hegemônico. Se hegemonia servisse para todos os casos de exercício de poder, a utilidade do conceito seria comprometida. Por isso procuramos distinguir “hegemonia” de “dominação”, sendo, essas duas, possibilidades de exercício de poder. Nos remetendo à primeira citação de Gramsci feita no presente trabalho, enquanto na hegemonia o elemento mais imediato seria o consenso, na dominação (na citação esta ideia está descrita como autoridade) o elemento mais imediato seria a coerção.

Mas, depois de todo esse debate, não podemos abandonar o elemento oposto no estudo de cada uma dessas formas de exercício de poder. Por isso uma terminologia

adequada para essa diferenciação seria chamar o exercício da dominação de “coerção legitimada” e o exercício da hegemonia de “consenso forçado” .

Um dos grandes instrumentos para a construção desse consenso forçado, da hegemonia, seriam as chamadas concessões. As concessões seriam atividades que concretamente alteram as condições materiais das classes e frações subalternas. Mas não podem ser confundidas com as conquistas de classe.

As duas realizam essa alteração material na condição de vida nas classes. Só que a segunda ocorre por uma mudança no posicionamento de determinada classe em certa formação social; já a primeira, ao contrário, ocorre justamente para evitar esse reposicionamento. Enquanto o segundo tem por fundamento o poder da própria classe, o primeiro tem por fundamento o poder de outrem, que age de acordo com os próprios interesses. E por isso as concessões podem ser identificadas pelo seu aspecto precário. Precário porque instável, porque depende da vontade de outros agentes sociais não necessariamente vinculados às necessidades das classes e frações beneficiadas; e precário porque limitado, alteram efetivamente as condições de vida, porém não em um nível que coloque em risco a correlação de forças socialmente estabelecidas, afinal elas servem justamente para manter essa correlação estabilizada.

O NEOLIBERALISMO E A FRAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

O poder do capital financeiro na economia mundial (GOWAN, 2003) e brasileira (TAVARES, 1972; SAES, 2001) pode ser observado desde a década de 1960; e os projetos políticos (CRUZ, 2007) que sustentam tal interesse econômico surgem a partir desse período. Tais projetos, chamados de neoliberais, sintetizados naquilo que se chama de “Consenso de Washington” (BATISTA, 2001) foram aplicados no Brasil a partir da década de 1990. A implementação do neoliberalismo no Brasil é tema de vários estudos. No que se refere à fração financeira, é bastante aceita a tese de que esta teria sido a mais beneficiada no processo (BOITO JR, 1998). Mas isso significa que o aparelho de Estado estava tomado pelos banqueiros? Tivemos uma intervenção ativa dos banqueiros no processo de reformas econômicas durante a década de 1990?

Sobre o Proer (Programa de Estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do Sistema Financeiro), reforma diretamente vinculada ao sistema financeiro, Jacques Mick destaca que, embora tenha sido produzida por diretrizes e por uma equipe afim com os interesses da fração financeira, houve um certo isolamento das instituições representativas dos banqueiros no processo decisório (MICK, 1998, p. 98-99). Percebemos uma direção do Estado muito mais intensa se comparada com a intervenção direta do banqueiros.

Mas como lidar com esta ausência de intervenção produzindo um resultado político a seu favor? Poderíamos retomar o conceito de hegemonia estrutural de Mintz e Schwartz

para explicar tal fenômeno?

O debate é mais complexo que isso. Consideramos que as mudanças ocorridas na década de 1990 imprimiu certas características nessa fração que não haviam antes. Em certo sentido, moldou esta fração.

A transformação mais evidente observada no período foi o fenômeno de concentração bancária, observável pela diminuição no número absoluto de bancos na economia brasileira como se verifica no gráfico 1:

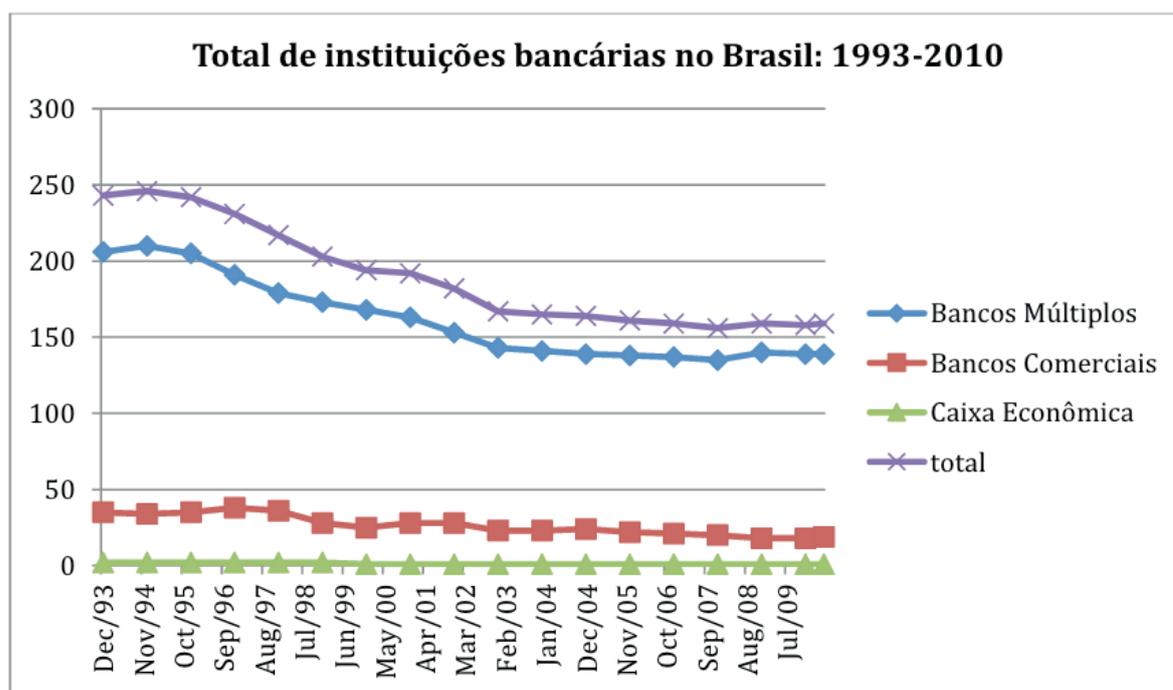


Gráfico 1:

Fonte: dados após 2001 retirados das atualizações mensais do BACEN; anterior a 2001 retirados de FONSECA e BARBACHAN (2004).

A diminuição ocorre intensamente até 2002 e, posteriormente, esse número se estabiliza. O número absoluto não é um indicador totalmente confiável para afirmar os níveis de concentração de um setor bancário. O sistema brasileiro já era bastante concentrado, pensando que a atividade financeira ocorria em um número bastante limitado de instituições. Mas a diminuição no número total já nos apresenta um elemento bastante significativo, que é a saída do mercado de um grande número de instituições.

Uma instituição bancária não pode falir, pois além do fato de que com sua falência um número enorme de correntistas (e não apenas o dono do banco) receberia o prejuízo; também existe o risco sistêmico, o risco de contágio da falta de liquidez de uma instituição bancária para todo o sistema. Também chamado de crise sistêmica no mercado interbancário (DATZ, 2002).

Se observamos nesse período uma diminuição significativa do número de instituições bancárias, é porque houve uma prática econômica e política deliberada de saída desses

bancos do mercado bancário nacional. Se não fosse planejado, o fim de tantas instituições financeiras teria provocado uma crise muito intensa no sistema econômico.

O governo incentivou as fusões e aquisições das instituições financeiras através do Proer e das privatizações dos bancos estaduais.

Além dessas políticas públicas deliberadas, a redução da inflação também foi um dos fatores explicativos para a diminuição do número total de bancos (justamente por ser uma das principais formas de rentabilidade dessas instituições).

Sobre a diminuição de bancos nesse período, o relatório do Banco Central conclui:

Do grupo de bancos que funcionava em dez/1988, cerca de 40% não chegou a 2000 e quase metade deles saiu do SFN por motivo de liquidação. Esses bancos se retiraram do sistema bancário após um tempo médio de atividade de cerca de 48 anos. Dentre os 60% de bancos sobreviventes, havia ainda aqueles que tiveram problemas mas para os quais conseguiu-se encontrar solução de mercado compatível com a continuidade de atuação da instituição. A transferência de controle foi um dos instrumentos mais utilizados, inclusive com a participação do capital externo nas operações de compra e venda de ativos. No caso dos bancos públicos estaduais, a privatização foi a solução definitiva para alguns casos e em outros, a transferência do controle para o governo federal para posterior processo de privatização foi uma solução intermediária adotada. (BANCO CENTRAL DO BRASIL).

Ou seja, ocorreu a saída de um número significativo de instituições bancárias com uma presença longa em nosso sistema financeiro, através de privatizações e mecanismos de transferência de controle. Além da diminuição do número total, as instituições que permaneceram também tiveram transformações importantes em suas características.

Primeiramente, as instituições passaram a ter uma atuação mais abrangente no território nacional. É a conclusão da pesquisa de Amado que, ao analisar o processo de concentração bancária da década de 1990, chama a atenção para o fato de as instituições de caráter mais central passarem a comprar instituições bancárias de caráter regional. Assim, nacionalizando a abrangência de suas operações, e eliminando no processo instituições bancárias regionais importantes. A autora defende sua tese com uma extensa pesquisa quantitativa e também analisando as compras do Banco Econômico pelo Excel, do Banco Banorte pelo Bandeirantes e a compra do Banco Bamerindus pelo HSBC (AMADO, 1998, p. 1127)

Em segundo lugar, as instituições alteraram a sua forma de rentabilidade. Como mostra o trabalho de Metzner e Matias, os ganhos com “floating” tiveram uma grande redução no período devido à diminuição da inflação, o que teria levado às instituições bancárias a buscar outras formas de receitas como: renda a partir dos títulos públicos com altas taxas de juros; cobrança dos serviços bancários; e também receitas com operações de crédito (METZNER e MATIAS, 2015, p. 30-33). Ou seja, o setor financeiro, com o fim da hiperinflação, direcionou-se para as atividades clássicas do setor bancário (*spread*¹ e tarifas de serviços), mais adequadas ao seu papel econômico na reprodução do capital

1. O *Spread* seria a diferença entre os juros pagos pelo banco aos clientes depositantes e os juros cobrados pelo banco em suas operações financeiras. Basicamente seria o ganho do banco através dos juros.

(“capital portador de juros”, e “viabilizador dos meios de pagamento da economia” ou “capital mercador de dinheiro”), além de se beneficiar do auxílio do Estado².

Sobre as consequências das transformações do sistema bancário ocorridos na década de 90, verificamos um menor número de instituições bancárias; estas instituições tinham uma abrangência nacional; mais integradas com o processo de reprodução do capital; e com suas conexões (interdependência) com o Estado reforçadas através da dívida pública.

Em relação às maiores instituições bancárias, também podemos observar uma mudança importante em seu perfil, como podemos observar nos gráficos 2 e 3:

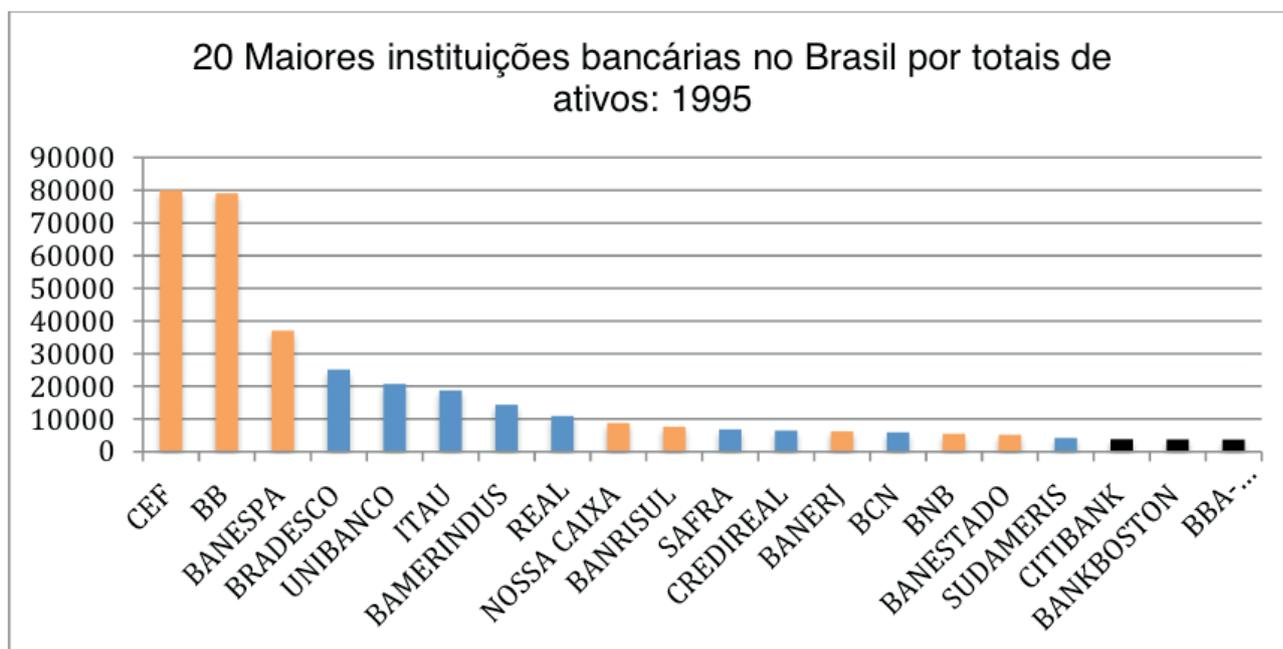


Gráfico 2:

2. Existiria um forte grau de dependência dessas instituições com o Estado. Como (METZNER e MATIAS, 2015, p. 32) destacam, a alteração naquela época de forma de financiamento do déficit público poderia ter levado várias instituições à falência, sendo o auxílio à essas instituições um dos motivos apontados pelos autores para a elevada taxa de juros para pelos títulos públicos no período.



Gráfico 3:

Fonte: Resumos dos relatórios do Banco Central dos 50 maiores bancos e consolidado do sistema financeiro nacional de 2002 e 2014. (BANCO CENTRAL). A cor laranja representa os bancos públicos; a cor azul representa os bancos privados nacionais; e a cor preta representa os bancos estrangeiros.

Observamos uma diminuição bastante significativa de instituições públicas, e um aumento da presença de instituições estrangeiras. Percebemos que a entrada dessas instituições de fora significou não apenas o aumento numérico dentro do mercado bancário brasileiro, mas também o aumento da sua significância em termos proporcionais nesse mercado. Além desses fatores, os gráficos também mostram que as instituições privadas nacionais passaram a ter uma presença mais significativa em 2002. Assim, entre o grupo das maiores instituições bancárias nacionais, é observável uma tendência ascendente do setor privado.

Os dados acima nos mostram que a presença do setor bancário na sociedade mudou qualitativamente; os atores mudaram suas posições e as atividades desses atores se modificaram. Antes, os serviços bancários ficavam a cargo do setor público. O setor bancário privado aparecia como elementos econômicos que concentrava grande quantidade de recursos, mas que em termos de totais de ativos permaneciam muito atrás dos bancos públicos.

Isso foi modificado na década de 1990. Foi consolidado um setor financeiro privado, voltado para as suas funções econômicas no processo de acumulação de capital, marcando uma presença social significativa através de seu papel valorizado no sistema de pagamentos, e com um vínculo direto com o Estado no que se refere à dívida pública.

Essa “consolidação” do setor bancário nos mostra que a “fração financeira” estava passando por uma série de mutações no processo de implementação do neoliberalismo

no Brasil durante a década de 1990. Como esta fração poderia exercer hegemonia nesse processo complexo de mutação?

A pesquisa de Mick, que relata importantes figuras do setor bancário (o então presidente da FEBRABAN inclusive) se queixando da falta de participação dessa camada empresarial no processo de reforma do sistema financeiro, já apresenta indicadores que não foi uma intervenção ativa dos banqueiros que orientaram tal processo, mas “foram levados” pela dinâmica política constituída no período.

DOMINAÇÃO FINANCEIRA OU HEGEMONIA FINANCEIRA?

Consideramos que as transformações ocorridas na década de 1990, além de tornar o sistema econômico, político e ideológico mais adequado para o capital financeiro, também transformou o próprio capital financeiro. Moldou esse capital.

Para realizar essa moldagem, levando em consideração o fato de que uma série de atores foram retirados do mercado, foi necessária uma intervenção mais incisiva na realidade social, caracterizada mais por uma coerção legitimada do que por um consenso forçado. Portanto, a década de 1990 seria melhor interpretada como dominância financeira.

Foi um poder realizado com interações orgânicas entre a direção e os elementos da fração financeira; mas a força da direção mostrou-se predominante, já que a própria classe sofreu as mutações que observamos (com a saída de vários bancos do mercado bancário brasileiro).

Seria interessante uma pesquisa que conseguisse articular, no período da década de 1990, o grupo dirigente do Estado, os agentes econômicos vinculados (os que sobreviveram e os que não), e as “escolas” de formação ideológica (tanto formação universitária como a produção intelectual externa à academia). Mas consideramos plausível a hipótese de que existia uma vinculação entre esses elementos, principalmente quando falamos de fração financeira.

Esse pressuposto sugere que a consolidação do projeto neoliberal no Consenso de Washington, através das vias institucionais e das vias intelectuais, gestou esse grupo dirigente que, através da coerção legitimada, implementou o neoliberalismo. Quando falamos de vias institucionais, estamos tratando da pressão dos países centrais e de organismos internacionais (FMI, Banco Mundial) para a implementação da política neoliberal (GOWAN, 2003). Já quando falamos das vias intelectuais, estamos tratando desde a formação universitária dos economistas que dirigiram as reformas econômicas; do convencimento da elite política que esse seria o melhor caminho a seguir (por exemplo, convencer um dos grandes teóricos da dependência a aplicar e intensificar a própria dependência); e também da adesão dos membros da fração financeira ao discurso dessa natureza³.

3. Minella (1994) analisa a presença (e a construção) no discurso neoliberal entre os banqueiros durante a década de 1980

Estamos supondo que o projeto neoliberal não emergiu da interação orgânica da classe com sua direção; foi um projeto importado, e implementado através dessa coerção legitimada.

A importância de definirmos a forma de exercício de poder na década de 1990 é compararmos este período com o momento histórico atual. Concordamos com Boito (2007) quando critica as abordagens que enfatizam de modo unilateral as continuidades entre os dois períodos, indiferenciando-os. Porém, discordamos que a grande característica do novo período (pós 2002) seria a ascensão da fração industrial no bloco no poder. Até que ponto as políticas voltadas à essa fração são tão precárias (limitadas e momentâneas, e nesse sentido concessões) quanto as políticas sociais implementadas por este governo?

Nesse sentido, nossa hipótese é: enquanto no período anterior à 2002 observávamos uma dominância financeira, o período posterior pode ser caracterizado como hegemonia financeira. Na década de 1990 houve uma coerção intensa para a aplicação da agenda neoliberal, que produziu transformações na formação social brasileira como um todo (inclusive na própria fração financeira). No final dessa década houveram várias crises econômicas e essa dominação começa a ser colocada em questão. O processo eleitoral de 2002 evidencia a insustentabilidade social dessa forma de poder, produzindo a mudança da direção do executivo estatal. Mas, nesse período, a fração financeira já havia sido moldada em suas características básicas para exercer a sua força por sua própria significância social no Brasil (o aspecto estrutural da sua hegemonia, desenvolvido por Mintz e Schwartz), e não por um projeto externo implementado por determinada direção.

O processo político de mudança de exercício de poder é marcado: pela ascensão do PT no controle do poder Executivo do Estado, um partido já passado por um processo de transformismo (MARCIEL, 2011); e por uma fração financeira da burguesia privatizada e adequada ao modelo econômico internacional financeirizado. A hipótese é que, somente a partir de então, a hegemonia financeira⁴ pode ser observada; o poder da finança exercida através de um consentimento forçado, com um de seus grandes instrumentos de poder as concessões (tanto às outras frações da burguesia como às classes subalternas).

CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi desenvolver alguns elementos conceituais que permitisse a utilização do conceito de hegemonia para o estudo do capital financeiro no Brasil. Portanto, o conceito foi mais mobilizado com uma finalidade heurística do que propriamente com o intuito de descrever a hegemonia financeira concretamente. A partir desse debate podemos estabelecer hipóteses (poder latente e poder exercido através

e início de 1990.

4. Não consideramos que seja necessário colocar o conceito de hegemonia do avesso, como a proposta de Oliveira (2010). Isso por não se tratar de uma direção que os dominados passam a exercer sobre os dominantes; o conceito de transformismo gramsciano é importante para esse tipo de avaliação do período que estudaremos.

das concessões); assim como definir com mais precisão uma unidade de análise. Porém, não conseguimos realizar totalmente aquele objetivo de tradução do conceito. Não conseguimos pensar em uma perspectiva integral da hegemonia financeira, pois isso só será possível através de extensas análises empíricas.

Nesse sentido, o conceito de hegemonia abre um campo de pesquisa extremamente amplo na sociologia econômica e na economia política. Estudos sobre os atores envolvidos (grupos econômicos e financeiros, instituições estatais e privadas de regulação, associações e organizações representativas dos empresários) e sobre as regras e o funcionamento do sistema permitiriam uma compreensão mais concreta de como a força legitimada e o consenso forçado operaram, assim como suas diferenças.

Permitiria assim o salto de um entendimento esquemático da ideia de hegemonia para uma compreensão orgânica da hegemonia inserida em um determinado momento histórico.

REFERÊNCIAS

AMADO, A. M. **Impactos regionais do recente processo de concentração bancária no Brasil**. III Encontro Nacional de Economia Política. [S.l.]: [s.n.]. 1998.

BURGOS, R. Para una teoría integral de la hegemonia: una contribución a partir de la experiencia latinoamericana. **Realidad económica**, 2012.

BANCO CENTRAL. 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Bancos Brasileiros após a Resolução 1524, de 21.09.88. **Relatório consolidado de 1988 a 2000**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/e88-2000/texto.asp?idpai=relsf19882000>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Consulta Popular, 2001.

BIANCHI, A. Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 4, 2007.

BOITO JR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Tese de livre docência. Campinas: IFCH/ UNICAMP. 1998.

BOITO JR, A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, junho 2007. 57-73.

CRUZ, S. C. V. E. *Trajetórias*: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: UNESP, 2007.

DATZ, M. D. X. D. S. **Risco Sistêmico e Regulação Bancária no Brasil**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2002.

GOWAN, P. **A roleta global**: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Carcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Carcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007.

HARVEY, D. **Os limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKES, S. **O poder: uma visão radical**. Brasília: UNB, 1980.

MARCIEL, D. **Hegemonia neoliberal e trabalhadores no governo Lula**. Marx e Marxismo. Niteroi: [s.n.]. 2011.

METZNER, T. D.; MATIAS, A. B. **O setor bancário brasileiro de 1990 a 2010**. Barueri: Manole, 2015.

MICK, J. **A globalização financeira e as mudanças na regulamentação do sistema financeiro nacional (1994-1996): um estudo sob a perspectiva da hegemonia financeira**. Dissertação de mestrado. [S.l.]: Pós graduação em Sociologia Política / UFSC. 1998.

MINTZ, B.; SCHWARTZ, M. **The power structure of american business**. Chicago: Uiversity of Chicago, 1985.

SAES, D. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

TAVARES, M. D. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janiro: Zahar, 1972.

THOMAS, P. **The gramscian moment: philosophy, hegemony and marxism**. Boston: Brill, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abertura econômica 62, 64, 67, 78, 79, 83, 84

Agroecologia 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 132, 138

Análise Fatorial 17, 21, 23, 24, 108, 124

B

Baía do Sol 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15

Brasil 5, 6, 9, 12, 13, 16, 18, 20, 21, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 61, 63, 64, 65, 67, 69, 86, 107, 109, 120, 122, 129, 131, 133, 134, 139, 160, 177, 178, 182, 187, 188, 189, 190, 191

C

Campesinato 38, 41, 48

Capital Intelectual 149, 152, 154, 160

CO2 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Comunidade 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 22, 26, 29, 33, 34, 35, 38, 39, 45, 46, 53

Concórdia do Pará 17, 18, 22, 26, 36

Conhecimento 8, 44, 58, 64, 65, 109, 129, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 159, 160, 161

Covid19 162, 163, 164, 171, 174, 175

Crise 45, 104, 162, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 183, 184, 201

D

Desempenho 21, 27, 36, 55, 57, 118, 130, 134, 135, 140, 141, 142, 143, 153, 154, 155, 157, 203

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 15, 16, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 58, 62, 63, 64, 86, 87, 88, 89, 104, 107, 108, 109, 128, 129, 132, 138, 142, 144, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 180, 203

Dinheiro 5, 11, 13, 41, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 176, 185

Discriminação salarial 62, 78, 84

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 19, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48

Educação Emancipatória 38, 39, 42, 44

Empreendimento 17, 19, 23, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36

Empresa 4, 43, 44, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 93, 96, 110, 111, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 142, 152, 153, 155, 157, 159, 160, 164, 170, 171

Energy 191, 192, 194, 195, 201, 202

Especialização 86, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 203

Ethanol 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202

F

Fluxo de caixa 130, 135, 137

Fortaleza 1, 2, 5, 9, 12, 36

G

Gestão participativa 17, 33, 34, 144

H

Hegemonia 177, 178, 179, 180, 181, 182, 187, 188, 189, 190

I

Indústria 43, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 83, 84, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 109, 116, 117, 118, 120, 123, 125, 126, 127, 132, 138, 160, 201, 202

L

Leite 31, 36, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Liderança 50, 51, 52, 57, 59, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 154

Localização 23, 70, 86, 89, 90, 91, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 110

M

Margens 54, 130, 135, 136

Mercado 3, 4, 5, 6, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 41, 43, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 65, 66, 67, 69, 83, 89, 104, 107, 108, 109, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 138, 140, 141, 151, 152, 154, 156, 165, 166, 183, 184, 186, 187

Moeda 1, 3, 16

Motivação 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 154, 156, 157, 158

MST 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48

Mulheres 40, 41, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 68, 71, 78, 79, 80, 82, 84

Município 17, 22, 25, 26, 36, 70, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129

N

Neoliberalismo 177, 182, 186, 187

O

Organização 5, 6, 9, 17, 18, 19, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 50, 53, 57, 61, 111, 117, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 181

P

Pandemia 165, 166, 167, 168, 172, 173, 174

Pará 1, 2, 3, 10, 17, 18, 20, 21, 22, 26, 29, 34, 35, 36

Paraná 62, 70, 72, 75, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 96, 104, 105, 106, 107, 109, 115, 122, 123, 129

Portugal 107, 129, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 171, 173, 174

Produção Orgânica 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139

Propriedade 4, 25, 30, 38, 40, 41, 43, 44, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 152, 153, 203

R

Raça 49, 50, 60, 62, 64, 65, 67, 70, 74, 76, 78, 81, 83

Resultados Organizacionais 140, 141, 146, 147

Revolução Industrial 49, 50, 51, 53, 54, 55, 58, 59, 155, 156

S

Salário 57, 62, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Satisfação 11, 15, 17, 19, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 145, 146, 153

Setor Industrial 65, 96, 103, 107, 108, 112, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 154

Sexo 62, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 109

Sistema Financeiro 177, 178, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 190

Sociedade 3, 4, 5, 9, 34, 35, 38, 40, 42, 46, 66, 70, 130, 131, 149, 150, 151, 153, 154, 160, 161, 174, 179, 186, 203

Sugarcane 191, 192, 193, 194, 195, 200, 201, 202

T

Toledo 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129

Trabalhador 41, 45, 55, 58, 69, 70, 71, 76, 78, 145, 154, 157

Trabalho 4, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 19, 20, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 69, 83, 85, 86, 87, 98, 104, 107, 109, 112, 114, 118, 128, 129, 130, 133, 134, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 178, 180, 181, 184, 188, 191

 **Atena**
Editora

2 0 2 0